



PREFEITURA MUNICIPAL DE
Ourém
trabalhando para todos

ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO Nº 2022.0712.002-CPL-PMO

PARECER JURÍDICO Nº 2022-1220001

SOLICITANTE : SETOR DE LICITAÇÃO E CONTRATOS

ASSUNTO : ANÁLISE DE MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO

RELATÓRIO :

Versam os autos sobre procedimento de seleção de empresas para Registro de Preços que objetiva a eventual prestação de serviços de locação de veículos leves e de transporte coletivo para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Ourém/PA, na forma eletrônica, com critério de julgamento pelo menor preço por item.

Constam dos autos os seguintes documentos:

- a) Solicitação de despesas e fornecimento dos serviços consolidado;
- b) Cotação de Preço
- c) Autorização para abertura de procedimento licitatório;
- e) Minuta de Edital, com seus anexos.

Vieram então os autos em observância ao disposto no art. 38, §único da Lei nº 8.666/93, para análise da regularidade formal do procedimento e da minuta editalícia anexada.

PARECER

Inicialmente, cumpre-nos informar que a análise dos aspectos técnicos da presente licitação não se mostra tarefa afeta a este órgão de assessoramento jurídico.

Presume-se, então, que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, quantidades, requisitos, bem como quanto a pesquisa de preços, tenham sido regularmente apuradas pela comissão de licitação, não nos cabendo a análise se o preço está de acordo com o mercado ou se as quantidades estimadas efetivamente correspondem as necessidades da Prefeitura Municipal de Ourém com as demandas das Secretarias Municipais.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Ourém
trabalhando para todos

Verifica-se nos autos a existência de termo de referência elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, conforme demanda apurada para atendimento das ações das secretarias municipais, para ações rotineiras e eventuais, objetivando dispor de estimativa do valor da contratação, no qual se verifica os preços praticados no mercado regional, em conformidade com o que estabelece o art. 43, inciso IV da Lei de Licitações.

Consta do Termo de Referência justificativa para a contratação de forma estimada, parcelada, e com prazo de vigência da contratação para 12(doze) meses e com ata de registro de preços para 12(doze) meses.

A modalidade escolhida para aquisição dos produtos e prestação de serviços é a aplicada para bens e serviços comuns no âmbito da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, não havendo nenhuma irregularidade.

No município o pregão deverá ser realizado através do meio eletrônico, pelo sistema do portal da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL, sistema credenciado e compatível com a legislação federal, de boas recomendações de eficiência, com nenhum custo para a Administração Municipal.

Consta também do Edital a minuta da ata de registro de preços, minuta do contrato, e o termo de referência com as especificações dos veículos, e seus quantitativos estimados, de acordo com o histórico dos últimos anos.

Quanto a minuta de contrato trazida a análise para locação dos veículos, é exigência contida na Lei nº 8.666/93, no art. 38, em seu parágrafo único, abaixo transcrito, que essa análise da minuta de contrato seja realizada por assessor jurídico:

Art. 38 (...)

Parágrafo único. As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. [\(Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994\).](#)

Na peça trazida a análise verificamos os requisitos essenciais necessários a contratação com a Administração Pública, constando as cláusulas essenciais previstas nos art. 55, incisos I, II, III, IV, V, VII, VIII, IX, XI, XII, e XIII, e aplicáveis ao objeto, inclusive com a possibilidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE

Ourém
trabalhando para todos

de prorrogação para não interrupção do atendimento a população desde que não atingido o saldo da ata.

Logo, verificamos que no procedimento licitatório, até o presente ato, o processo encontra-se atendendo as exigências legais impostas na Lei Federal nº 10.520/2002 e Decreto nº 10.024/2019, e subsidiariamente pela 8.666/93. Outrossim, alertamos novamente que deve ser providenciada a publicação em Imprensa Oficial, no átrio na municipalidade e no site oficial do órgão, em virtude da ausência de Imprensa Oficial no município, em até 8(oito) dias anteriores a data marcada para a sessão.

É o parecer que submeto à consideração superior.

Ourém, 20 de dezembro de 2022.

Irlene Pinheiro Corrêa
Assessora Jurídica
OAB/PA nº6937